



de Brasília

A lei da floresta

• Gustavo Krause, ministro do Meio Ambiente, anda procurando sarna para se coçar. Por exemplo: mandou que o Ibama interditasse, por destruição da natureza e falta de um relatório de impacto ambiental, a principal estrada que liga o Acre ao resto do país. Quinta-feira irromperam no seu gabinete o governador do estado e toda a bancada de deputados e senadores, numa raríssima unanimidade. Chegaram a um acordo.

Não contente, Krause conseguiu apoio logístico para a ação dos seus fiscais, da Polícia Federal e da Receita, na Amazônia. Resultado: apreenderam 31 mil metros cúbicos de mogno, cortado ilegalmente, muitas vezes em reservas indígenas. Trinta e um mil metros cúbicos de mandeira de lei é, mais ou menos, o que cabe no meio do Maracanã. O contrabando de mogno e de virola, outra madeira preciosa, é quase tão rentável como o de cocaína. Exportado em toras, é cortado na Europa até chegar à espessura de uma folha de papel, para ser usado pelos marceneiros ebanistas, especializados em fazer incrustações.

O mogno só cresce em determinadas regiões da floresta tropical. Antigamente era conhecido apenas pelo seu nome tupi de acaju, também o nome da sua cor avermelhada. Os ebanistas franceses o chamavam de madeira das ilhas, por importá-lo de Cuba e das ilhas do Caribe. Hoje, fora dos jardins botânicos, não sobra um único pé em todo o Caribe e a cor acaju que vemos é a dos cabelos pintados de senhores de meia-idade, que não se conformam com o passar do tempo.

Os métodos utilizados pelos madeireiros clandestinos não diferem dos que os traficantes empregam. São até mais rudes, porque a mercadoria não pode ser escondida. Eles subornam, intimidam, matam quando acham necessário. Barra pesada, portanto, mesmo para um ministro.

Uma das dificuldades para o estado atuar em defesa da Floresta Amazônica está em descobrir onde ela é agredida. Hoje, os satélites, usando sensoriamento remoto, fazem esse trabalho. Descoberto o local, a dificuldade é chegar lá.

O método de utilização de satélites para localizar queimadas na Amazônia foi um trabalho desenvolvido, a partir de 1985, por Alberto Setzer, do Inpe, e Compton Tucker, da Nasa. Quando, a 9 de setembro de 1987, Setzer contou 7.603 queimadas em um único dia e calculou em 170 mil o número total dos incêndios naquela estação seca, devastando uma área de 90 mil quilômetros quadrados de floresta virgem, foi chamado de mentiroso, de comunista e de agente do imperialismo americano. Sempre aparecem patriotas, civis e militares, para dizerem asneiras deste tipo.

É neste esforço pioneiro e nos dados posteriormente recolhidos pelo satélite Landsat que Gustavo Krause se baseou para informar ao presidente Fernando Henrique que, desde 1991, "verificou-se um aumento da taxa anual média de desflorestamento, embora ainda bastante inferior às taxas da década de 80, quando se desflorestavam, em média, 21.130km. O crescimento verificado concentra-se nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Do total de

229 imagens do satélite Landsat analisadas, que cobrem a totalidade de Amazônia Legal, 38 imagens representaram 80% do incremento do desflorestamento, o que indica forte concentração espacial da floresta para outros fins".

Segundo escreveu Krause ao presidente Fernando Henrique, numa exposição de motivos que assinou com os ministros das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, "para reverter o quadro de crescimento do ritmo de desflorestamento da Amazônia, é necessária não apenas a adoção de um conjunto de medidas que permitam, de um lado, intensificar o monitoramento e a vigilância, em especial nas áreas críticas, e, de outro, reduzir a pressão antrópica sobre o meio ambiente com a fiscalização dirigida e eficiente, como, também, promover a orientação da atividade para um modelo de uso sustentável dos recursos naturais da região".

"Pressão antrópica" é a horrenda expressão tecnocrática para falar da ação do homem. A Amazônia conviveu harmoniosamente, durante séculos, com a sua população, que sabia tirar o sustento da natureza. Nas últimas décadas, é que vem sendo ameaçada por ondas de imigrantes de outras regiões que, gozando por vezes de incentivos fiscais, só sabe destruir a mata e ir em frente.

Como quase tudo no Brasil, é uma questão de educação, agravada pela questão fundiária e pela ignorância dos grileiros, mais perigosa que a dos outros.

O acervo de conhecimentos que já temos sobre a floresta e sobre as reservas extrativas é suficiente para fixar em projetos de desenvolvimento sustentável parcelas importantes da população. Há dinheiro, tanto no Incra como em instituições brasileiras, como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e em instituições internacionais. Algumas, como o World Wildlife Fund (WWF), a mais rica de todas, já tem projetos em andamento.

Krause não só pediu um dinheirinho, quatro milhões, para melhorar o monitoramento da parte mais crítica da Amazônia, e o descontigenciamento de seis milhões, já votados, para o Inpe, como propôs medidas legais para combater o desmatamento.

O presidente Fernando Henrique assinou uma MP com as medidas propostas: limitar a 50% da superfície de cada propriedade, o corte da mata, não se permitindo ampliar a área da reserva legal por desmembramento das terras, sendo que nas florestas naturais a reserva será de 80%. A utilização das florestas nativas só será permitida sob a forma de manejo sustentável. As autorizações para a exploração de mogno e de virola ficam suspensas por dois anos.

As medidas são boas, necessárias e urgentes. Resta ver se a lei cola.

09/08/88
27/7/96 p. 4
197